

Conglomerado  
Banco  
Intermedium S.A.

**Demonstrações Financeiras em  
31 de dezembro de 2016 e 2015**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais do Conglomerado Prudencial</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações de resultados do Conglomerado Prudencial</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações do valor adicionado do Conglomerado Prudencial</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras ao Conglomerado Prudencial</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes

Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários

30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil

Telefone +55 (31) 2128-5700, Fax +55 (31) 2128-5702

www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Administradores e aos Acionistas do

**Banco Intermedium S.A.**

Belo Horizonte - MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Intermedium (Banco), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis significativas. Essas demonstrações financeiras de propósito especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa n.º 2.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especiais, conforme descrito na nota explicativa n.º 2 às referidas demonstrações.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



### **Ênfase - Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que divulga que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil. Conseqüentemente o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

### **Outros assuntos**

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria sem modificações, em 25 de janeiro de 2017.

### **Demonstração do Valor Adicionado**

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentada como informação suplementar em relação aos procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do CMN e regulamentações complementares do BACEN, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas**

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do Conselho Monetário Nacional, e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Os responsáveis pela administração do Banco e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, a garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

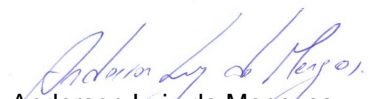


- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC SP-014428/O-6 F-MG

  
Anderson Luiz de Menezes  
Contador CRC MG-070240/O-3

## Conglomerado Banco Intermedium S.A.

### Balancos patrimoniais consolidados do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Exercícios			Nota	Exercícios	
		2016	2015			2016	2015
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Disponibilidades	4	3.156	575	Depósitos à vista	12a	43.454	21.228
Aplicações interfinanceiras	5	529.050	230.403	Depósitos interfinanceiros	12a	8.690	54.652
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	57.081	54.658	Depósitos a prazo	12a	332.918	323.521
Relações interfinanceiras		439	237	Obrigações por operações	12b	5.133	1.765
Operações de crédito	7	793.550	765.897	Recursos de aceites e emissão de títulos	12b	633.753	648.178
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(100.555)	(66.119)	Relações interdependências		14	-
Operações de crédito vinculadas	7	3.666	14.304	Obrigações por empréstimos e repasse	13	4.510	1.348
Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	7	(743)	(1.042)	Obrigações - Operações, vendas e transferências	14	2.499	13.865
Outros créditos	8	76.660	39.582	Outras obrigações	15	101.362	103.653
Outros valores e bens	9	37.384	21.396				
Despesas antecipadas	10	15.473	17.138	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>1.132.333</b>	<b>1.168.210</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>1.415.161</b>	<b>1.077.029</b>	<b>Não circulante</b>			
<b>Não circulante</b>				<b>Exigível a longo prazo</b>			
<b>Realizável a longo prazo</b>				Depósitos a prazo	12a	1.093.912	712.651
Aplicações interfinanceiras	5	-	383	Recursos de aceites e emissão de títulos	12b	559.855	260.705
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	190.397	63.324	Obrigações por empréstimos e repasse	13	32.931	37.893
Operações de crédito	7	1.529.587	1.323.817	Obrigações - Operações, vendas e transferências	14	8.675	12.520
Operações de crédito vinculadas	7	8.675	12.958	Outras obrigações	15	12.366	3.066
Outros créditos	8	11.726	12.150	<b>Total do exigível a longo prazo</b>		<b>1.707.739</b>	<b>1.026.835</b>
Outros valores e bens	9	2.704	520				
Despesas antecipadas	10	19.764	24.885	<b>Patrimônio líquido</b>			
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>1.762.853</b>	<b>1.438.037</b>	Capital social		298.111	281.245
<b>Permanente</b>				Reserva de lucros		49.796	48.663
Investimentos	11	2.442	3.286	(-) Ajuste de avaliação patrimonial		(355)	(118)
Imobilizado de uso		5.214	5.125	(-) Ações em tesouraria		(2.004)	(1.358)
<b>Total do permanente</b>		<b>7.656</b>	<b>8.411</b>	<b>Participação de controladores</b>			
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>1.770.509</b>	<b>1.446.448</b>	Participação de não controladores		345.548	328.432
<b>Total do ativo</b>		<b>3.185.670</b>	<b>2.523.477</b>			50	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>			
					18	345.598	328.432
				<b>Total do passivo não circulante</b>			
						2.053.337	1.355.267
				<b>Total do passivo</b>		<b>3.185.670</b>	<b>2.523.477</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Conglomerado Banco Intermedium S.A.

### Demonstrações consolidadas do resultado do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		Semestre	Exercícios	
	Nota	2016	2016	2015
<b>Receitas da intermediação financeira</b>				
Operações de crédito	7e	240.894	489.398	366.903
Resultado com aplicações interfinanceiras	5	32.775	51.805	26.809
Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	16.673	21.757	36.822
Operações de vendas de transferência de ativos financeiros		1.281	4.236	16.224
		<b>291.623</b>	<b>567.196</b>	<b>446.758</b>
<b>Despesas da intermediação financeira</b>				
Operações de captação no mercado	12c	(165.419)	(313.174)	(218.724)
Obrigações - Empréstimos e repasses		(1.533)	(2.753)	(2.114)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	7d	(40.456)	(85.656)	(58.188)
Operações de vendas de transferência de ativos financeiros		(1.235)	(5.138)	(16.523)
		<b>(208.643)</b>	<b>(406.721)</b>	<b>(295.549)</b>
		<b>82.980</b>	<b>160.475</b>	<b>151.209</b>
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>				
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>				
Rendas de prestação de serviços		7.603	15.388	13.539
Despesas de pessoal		(33.582)	(63.825)	(58.238)
Outras despesas administrativas	20	(33.383)	(62.323)	(49.783)
Despesas tributárias		(7.270)	(15.563)	(15.944)
Resultado de participações em controladas	12	(95)	(1.934)	933
Outras receitas operacionais	21	7.558	15.566	9.774
Outras despesas operacionais	22	(4.948)	(11.397)	(14.958)
		<b>(64.117)</b>	<b>(124.088)</b>	<b>(114.677)</b>
		<b>18.863</b>	<b>36.387</b>	<b>36.562</b>
		<b>(5.183)</b>	<b>(8.608)</b>	<b>(709)</b>
<b>Resultado operacional</b>				
<b>Resultado não operacional</b>				
		<b>13.680</b>	<b>27.779</b>	<b>35.853</b>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>				
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(2.222)	(13.120)	(13.460)
Imposto de renda e contribuição social diferido	17	2.041	10.869	9.582
		<b>(181)</b>	<b>(2.251)</b>	<b>(3.878)</b>
		<b>13.499</b>	<b>25.528</b>	<b>31.975</b>
<b>Resultado do semestre/exercícios</b>				
<b>Resultado atribuído aos:</b>				
Acionistas controladores		<b>13.499</b>	<b>25.478</b>	<b>31.975</b>
Acionistas não controladores		-	<b>50</b>	-
		<b>0,97</b>	<b>1,84</b>	<b>2,31</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Conglomerado Banco Intermedium S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros					Lucros acumulados	Total	Participação atribuída a não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>269.845</b>	-	<b>4.595</b>	<b>30.844</b>	<b>(107)</b>	-	<b>305.177</b>	-	<b>305.177</b>
Aumento de capital	104	-	-	-	-	-	104	-	104
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	31.975	31.975	-	31.975
Destinações propostas:									
Constituição de reserva legal	-	-	1.599	-	-	(1.599)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	11.625	-	(11.625)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 2,31 por ação)	11.296	-	-	-	-	(18.751)	(7.455)	-	(7.455)
Ações em tesouraria	-	(1.358)	-	-	-	-	(1.358)	-	(1.358)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(11)	-	(11)	-	(11)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>281.245</b>	<b>(1.358)</b>	<b>6.194</b>	<b>42.469</b>	<b>(118)</b>	-	<b>328.432</b>	-	<b>328.432</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>11.400</b>	<b>(1.358)</b>	<b>1.599</b>	<b>11.625</b>	<b>(11)</b>	-	<b>23.255</b>	-	<b>23.255</b>
<b>Saldos em 30 de junho de 2016</b>	<b>291.586</b>	<b>(1.366)</b>	<b>6.796</b>	<b>41.730</b>	<b>(144)</b>	-	<b>338.602</b>	-	<b>338.602</b>
Aumento de capital	4	-	-	-	-	-	4	-	4
Aumento de Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	100	100
Resultado do semestre	-	-	-	-	-	13.435	13.435	(13)	13.422
Destinações propostas:									
Constituição de reserva legal	-	-	672	-	-	(672)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	598	-	(598)	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 0,97 por ação)	6.521	-	-	-	-	(12.165)	(5.644)	-	(5.644)
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Ações em tesouraria	-	(638)	-	-	-	-	(638)	-	(638)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(211)	-	(211)	-	(211)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>298.111</b>	<b>(2.004)</b>	<b>7.468</b>	<b>42.328</b>	<b>(355)</b>	-	<b>345.548</b>	<b>50</b>	<b>345.598</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>6.525</b>	<b>(638)</b>	<b>672</b>	<b>598</b>	<b>(211)</b>	-	<b>6.946</b>	<b>50</b>	<b>6.996</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>281.245</b>	<b>(1.358)</b>	<b>6.194</b>	<b>42.469</b>	<b>(118)</b>	-	<b>328.432</b>	-	<b>328.432</b>
Aumento de capital	4	-	-	-	-	-	4	-	4
Aumento de Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	-	-	-	100	100
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	25.464	25.464	(13)	25.451
Destinações propostas:									
Constituição de reserva legal	-	-	1.274	-	-	(1.274)	-	-	-
Reversão de reserva de lucros a distribuir	-	-	-	(141)	-	141	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio (R\$ 1,84 por ação)	16.862	-	-	-	-	(24.331)	(7.469)	-	(7.469)
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(37)	(37)
Ações em tesouraria	-	(646)	-	-	-	-	(646)	-	(646)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	(237)	-	(237)	-	(237)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>298.111</b>	<b>(2.004)</b>	<b>7.468</b>	<b>42.328</b>	<b>(355)</b>	-	<b>345.548</b>	<b>50</b>	<b>345.598</b>
<b>Mutações do período</b>	<b>16.866</b>	<b>(646)</b>	<b>1.274</b>	<b>(141)</b>	<b>(237)</b>	-	<b>17.116</b>	<b>50</b>	<b>17.166</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Conglomerado Banco Intermedium S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
<b>Atividades operacionais</b>			
<b>Resultado líquido do semestre/exercícios</b>	<b>13.435</b>	<b>25.464</b>	<b>31.975</b>
Ajustado por:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	40.456	85.656	58.188
(Reversões)/provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	4.620	8.098	5.557
Resultado de participações em coligadas e controladas	159	1.998	(933)
Depreciações e amortizações	647	1.275	3.328
Tributos diferidos	(1.671)	(10.353)	(9.583)
<b>Resultado líquido ajustado</b>	<b>57.646</b>	<b>112.138</b>	<b>88.532</b>
<b>Variação em ativos e obrigações</b>			
Redução de aplicações interfinanceiras de liquidez	771	1.103	1.414
Redução (Aumento) de títulos e valores mobiliários	368	608	561
Redução (aumento) de relações interfinanceiras	1.300	(203)	(72)
Aumento de operações de crédito	(121.963)	(270.021)	(650.031)
Aumento de outros créditos	(18.377)	(26.300)	(11.670)
Redução (aumento) de outros valores e bens	(6.238)	(13.556)	8.448
Aumento de depósitos	185.350	366.854	316.340
Aumento de recursos de aceites e emissão de títulos	136.468	284.725	395.424
(Redução) aumento de relações interdependências	(50)	14	-
(Redução) aumento de obrigações por empréstimos e repasses	(990)	(1.801)	8.376
Redução de instrumentos financeiros derivativos	(3.579)	-	-
Redução de operações de câmbio	(1.525)	-	-
Aumento de obrigações por operações	1.040	3.368	1.765
Redução de obrigações, operações, vendas e transferências	(3.692)	(16.481)	(76.875)
Imposto de renda e contribuição social efetivamente pagos	(6.175)	(17.071)	(13.264)
Aumento de outras obrigações	8.179	14.690	4.700
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades operacionais</b>	<b>228.533</b>	<b>438.067</b>	<b>73.648</b>
<b>Atividades de investimento</b>			
Aquisição de investimentos	(1.104)	(1.104)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(1.006)	(1.364)	(2.152)
(Aplicação) resgate de títulos e valores mobiliários	(120.718)	(130.346)	66.645
Aquisição de intangível	-	-	1.374
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de investimento</b>	<b>(122.828)</b>	<b>(132.814)</b>	<b>65.867</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	4	4	104
Recuperação de ações da tesouraria	(638)	(646)	(1.358)
Juros sobre o capital próprio pagos	(1.824)	(2.736)	(1.995)
<b>Caixa líquido proveniente de/(aplicado em) atividades de financiamento</b>	<b>(2.458)</b>	<b>(3.378)</b>	<b>(3.249)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>103.247</b>	<b>301.875</b>	<b>136.266</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	428.975	230.281	93.087
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercícios	532.222	532.156	229.353
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>103.247</b>	<b>301.875</b>	<b>136.266</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Conglomerado Banco Intermedium S.A.

## Demonstrações do valor adicionado do Conglomerado Prudencial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
<b>1. Receitas</b>	<b>271.614</b>	<b>535.070</b>	<b>459.539</b>
1.1 Intermediação financeira	307.881	608.852	501.078
1.2 Prestação de serviços	7.603	15.388	13.539
1.3 Operações de vendas de transf. de ativos financeiros	46	(902)	(299)
1.4 Obrigações por empréstimos e repasses	(1.533)	(2.753)	(2.114)
1.5 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.456)	(85.656)	(58.188)
1.6 Outras receitas operacionais	3.256	8.749	6.232
1.7 Não operacionais	(5.183)	(8.608)	(709)
<b>2. Despesas da intermediação financeira</b>	<b>165.432</b>	<b>316.775</b>	<b>218.724</b>
<b>3. Materiais e serviços adquiridos de terceiros</b>	<b>48.959</b>	<b>103.734</b>	<b>123.616</b>
3.1 Materiais, energias e outros	31.284	54.729	39.369
3.2 Serviços de terceiros	17.675	49.005	84.247
<b>4. Valor adicionado bruto (1-2-3)</b>	<b>57.223</b>	<b>114.561</b>	<b>117.199</b>
<b>5. Retenções</b>	<b>(647)</b>	<b>(1.275)</b>	<b>(3.328)</b>
5.1 Depreciações e amortizações	(647)	(1.275)	(3.328)
<b>6. Valor adicionado líquido produzido pelo Banco (4+5)</b>	<b>56.576</b>	<b>113.286</b>	<b>113.871</b>
<b>7. Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>(95)</b>	<b>(2.251)</b>	<b>933</b>
7.1 Resultado de equivalência patrimonial	(95)	(2.251)	933
<b>8. Valor adicionado a distribuir (6+7)</b>	<b>56.481</b>	<b>111.035</b>	<b>114.804</b>
<b>9. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>56.481</b>	<b>111.035</b>	<b>114.804</b>
9.1 Pessoal e encargos	33.581	63.824	58.238
9.2 Impostos, contribuições e taxas	7.450	17.812	19.822
9.3 Aluguéis	1.963	4.196	4.799
9.4 Juros sobre capital próprio	8.346	20.512	17.720
9.5 Dividendos propostos no semestre/exercícios	3.820	3.820	1.031
9.6 Lucros retidos no semestre/exercícios	1.321	871	13.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco Intermedium S.A. iniciou suas atividades em fevereiro de 1995, tendo como objetivo principal as operações de crédito e os serviços permitidos pelo Banco Central do Brasil, podendo, nos termos da legislação aplicável, participar em outras sociedades. Por meio de suas controladas, o Banco atua nas áreas de consultoria de mercado financeiro e de capitais e corretagem e consultoria de seguros.

O Banco atua com foco nos produtos de Crédito Imobiliário, Crédito Pessoal e Crédito para Empresas. A carteira de captações de recursos é composta por portfólio diversificado de produtos de investimentos e conta com as linhas de Captação Cédula de Crédito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito Agronegócio (LCA), Letra Financeira (LF), Crédito Imobiliário (CRI) e Operações de Câmbio.

Em 16 de novembro de 2015, o Banco recebeu autorização para operar com câmbio, iniciando as operações no primeiro semestre de 2016, após homologação operacional no Banco Central do Brasil.

A Intermedium Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. iniciou suas atividades em novembro de 2013, tendo como objetivo principal atuar no mercado financeiro na intermediação de colocação de títulos e valores mobiliários.

A Instituição foi autorizada a funcionar em 9 de outubro de 2013 de acordo com a manifestação do Banco Central do Brasil.

A Intermedium Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda é a única empresa que compõem o Conglomerado Prudencial.

### **2 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (Bacen). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação das entidades discriminadas na referida Resolução nº 4.280/13, determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e elaboradas para fins gerais. Neste sentido, abrangem as demonstrações contábeis do Banco Intermedium e empresa controlada, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Nessa mesma data base, além das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, o Banco também preparou as demonstrações financeiras individuais, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

A emissão das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foi autorizada pela Diretoria Executiva na ata de Reunião da Diretoria de 24 de outubro de 2017.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN.

Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são:

- **Resolução nº 3.566/2008** - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1);
- **Resolução nº 3.604/2008** - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2);
- **Resolução nº 3.750/2009** - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1);
- **Resolução nº 3.823/2009** - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25;
- **Resolução nº 3.873/2011** - Eventos subsequentes - CPC 24;
- **Resolução nº 3.989/2011** - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1);
- **Resolução nº 4.007/2011** - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro - CPC 23;
- **Resolução nº 4.144/2012** - Pronunciamento Conceitual Básico - CPC 00 (R1);
- **Resolução nº 4.424/2012** - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC, tampouco se a utilização destes será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Os pronunciamentos CPC 23 e CPC 33 não produzem efeitos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

**a. Conglomerado Prudencial**

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280, de 31/10/2013, do CMN, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação das entidades sobre as quais os sócios da entidade controladora detenham controle direto ou indireto.

A seguinte instituição faz parte do Conglomerado Prudencial:

	<b>Atividade</b>	<b>Percentual Consolidado Prudencial</b>
Intermedium Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Corretora	95%

As demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial foram elaboradas em consonância com a norma descrita anteriormente, aplicando-se, no que não conflitar, os princípios contábeis da legislação societária.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas do ativo, do passivo, das receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com a eliminação (a) da participação no capital, resultados acumulados e investimentos e (b) dos saldos de contas correntes e outras contas integrantes do ativo e/ou passivo, mantidas entre as instituições e empresas, cujos balanços patrimoniais foram consolidados.

**b. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Conglomerado e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes a 2016 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 4 e 6** - estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros e de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de títulos mantidos até o vencimento e ativos não financeiros;
- **Nota explicativa 7** - critério de provisionamento: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito;
- **Nota explicativa 8 (b)** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- **Nota explicativa 19** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### **3 Principais políticas contábeis**

**a. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

**b. Moeda funcional**

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

**c. Apuração de resultado**

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério *pro rata dia*, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou

despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

**d. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, aplicações no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizadas pelo Conglomerado para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo e estão apresentados na nota nº 4.

**e. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas a custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para perdas por desvalorização, quando aplicável.

**f. Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados e classificados de acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, que estabelece os critérios de avaliação e classificação contábil para esses papéis. O Conglomerado Prudencial possui papéis classificados em:

- **Títulos para negociação** - Incluem os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados pelo valor de mercado. Os ganhos e as perdas realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Títulos disponíveis para venda** - Incluem os títulos contabilizados pelo valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração do resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido (Ajuste de avaliação patrimonial) até a sua realização por venda, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de manter até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos oriundos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponíveis para venda são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Conglomerado Prudencial possui papéis classificados em “Títulos disponíveis para venda” e “Títulos mantidos até o vencimento”.

**g. Instrumentos financeiros derivativos**

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros.

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida em observância aos critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço médio de negociação no dia da apuração ou, na falta deste, em modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização de acordo com as características do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (*hedge*) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

- **Hedge de risco de mercado:** os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de *hedge*, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e
- **Hedge de fluxo de caixa:** para os instrumentos financeiros enquadrados nesta categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Ajuste de Avaliação Patrimonial do Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de *hedge*, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para *hedge*, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

**h. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Constituídas, basicamente, de empréstimos e financiamentos com operações efetuadas a taxas pré e pósfixadas. Encontram-se demonstradas pelos valores de realização, incluídos os rendimentos auferidos em função da fluência dos prazos contratuais das operações, e são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo “AA” (risco mínimo) e “H” (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco.

Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução CMN nº 2.682/99, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes da seguinte forma:

Período de atraso	Classificação do cliente
De 0 a 14 dias	A
de 15 a 30 dias	B
de 31 a 60 dias	C
de 61 a 90 dias	D
de 91 a 120 dias	E
de 121 a 150 dias	F
de 151 a 180 dias	G
superior a 180 dias	H



A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, e somente serão apropriadas ao resultado quando efetivamente forem recebidas.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível “H”, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

As operações em atraso classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por seis meses, quando, então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação por, no mínimo, cinco anos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas conforme as normas e instruções do BACEN, associadas a avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

**i. Outros valores e bens**

Compostos, basicamente, por bens não de uso próprio e despesas antecipadas. Os bens não de uso próprio correspondentes a imóveis disponíveis para venda, classificados como bens recebidos em dação de pagamento e registrados pelo valor contábil do empréstimo ou financiamento. Segundo a Circular do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 909 de 11 de janeiro de 1985, o Conglomerado deve dispor desses ativos no prazo de um ano após o seu efetivo recebimento e despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros.

Com relação aos bens em regime especial, cujo prazo de alienação extrapole um ano, aplica-se o percentual de 100% como provisão para perdas com desvalorização.

A apropriação ao resultado das parcelas de despesas antecipadas com comissão sobre operações de crédito de correspondentes é efetuada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional.

**j. Ativo permanente**

**(i) Investimentos**

Quando há controle ou influência significativa na administração, os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Na inexistência de controle ou influência significativa, os investimentos são registrados a custo de aquisição.

**(ii) Imobilizado de uso**

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, os benefícios e o controle dos bens para a entidade.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As depreciações são calculadas pelo método linear, observando-se as seguintes taxas anuais: móveis e equipamentos de uso e sistema de comunicação, 10%, e sistema de processamento de dados, 20%.

**a. Redução do valor recuperável de ativos - Impairment**

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

Anualmente, sempre na mesma época, o Conglomerado avalia se há indicativo de desvalorização de um ativo.

Se houver evidência de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e comparado com o valor contábil. O valor recuperável refere-se ao maior entre o valor justo menos custos de venda e o seu valor em uso.

**b. Ativos e passivos contingentes**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e dos passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/2009, conforme critérios, a saber:

- **Ativos contingentes:** não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- **Passivos contingentes (quando aplicável):** decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e de que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança.

As contingências são classificadas como: (a) prováveis, para as quais são constituídas provisões; (b) possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e (c) remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor.

**c. Tributos**

As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, PIS/PASEP e COFINS, constituídas às alíquotas a seguir discriminadas, consideraram as bases de cálculo previstas na legislação vigente para cada tributo:

<b>Tributos</b>	<b>Alíquotas</b>
Imposto de Renda	15%
Adicional de Imposto de Renda	10%
Contribuição Social sobre o Lucro - até agosto de 2015	15%
Contribuição Social sobre o Lucro - a partir de setembro de 2015	20%
PIS/PASEP	0,65%
COFINS	4%
ISS	Até 5%

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN nº 3.555/2006 e CMN nº 4.192/2013.

A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

**(iii) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente**

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e os passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**(iv) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido**

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias que não afetem nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que o Banco seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível.
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e dos passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Conglomerado Prudencial espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

**a. *Outros ativos e passivos***

Demais passivos circulantes e não circulantes - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, ajustados ao seu valor presente.

As férias, vencidas e proporcionais, os abonos e as folgas estão integralmente provisionados mensalmente, incluindo-se os encargos aplicáveis.

**b. *Eventos subsequentes***

Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados:

- Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que originam ajustes).
- Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem as demonstrações financeiras (evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial encerradas em 31 de dezembro de 2016.

**c. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

O Conglomerado Prudencial elaborou, de forma espontânea, a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial.

**d. Lucro por ação**

A divulgação do lucro por ação é efetuada de acordo com os critérios definidos no CPC 41 - Resultado por ação, aprovado pela Deliberação CVM nº 636/2010. O lucro por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número de ações ordinárias e preferenciais totais.

**e. Stock option**

O Plano de Opção de Compra de Ações Preferenciais Intermedium, instituído nos termos do art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404/76, é uma iniciativa do Conselho de Administração do Banco, por meio do qual serão outorgadas, aos administradores, aos executivos e aos colaboradores do Intermedium, opções para aquisição de Ações Preferenciais do Banco Intermedium S.A., com vista a incentivar o desempenho e favorecer a retenção de administradores, executivos e colaboradores do Intermedium, na medida em que sua participação no capital social do Banco permitirá que se beneficiem dos resultados para os quais tenham contribuído e que sejam refletidos na valorização do preço de suas ações, formando assim, com os acionistas do Intermedium, uma comunhão de interesses.

O Banco está autorizado a aumentar, independentemente de reforma estatutária, o Capital Social em até mais 282.006 (duzentas e oitenta e duas mil e seis) ações preferenciais nominativas, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração.

Este plano iniciou-se no ano de 2012 e encerrará em 2021. A primeira tranche, que iniciou em 2012, será concluída em 2017, com uma desvalorização de ações dos acionistas de aproximadamente R\$1.700. Para as tranches de 2013 e 2014, que se encerrarão no ano de 2020 e 2021, respectivamente, não haverá custo para o Banco, uma vez que os colaboradores elegidos terão o direito de exercer a opção de adquirir outras 187.630 ações preferenciais, pelo valor unitário de R\$22,13.

Para as tranches de 2013 e 2014, caso o colaborador não exerça a opção ou seja desligado do Banco, ele perderá o direito. Uma vez exercidas as opções, o outorgado não poderá vender, transferir ou alienar tais ações, bem como aquelas que venham a ser por ele adquiridas em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrição ou qualquer outra forma de aquisição, desde que tais direitos tenham decorrido para o adquirente das ações objeto do Plano, pelo período mínimo de 5 (cinco) anos contados da data do recebimento da primeira oferta de ações a ele oferecidas pelo Banco.

Em 2016 foi lançado um novo Plano de Opção de Compra de Ações, que entrará em vigor em 2017 e se encerrará em 2021, no qual o Banco poderá aumentar o Capital Social em até mais 76.000 (setenta e seis mil) ações preferenciais nominativas, segregadas em cinco tranches, observadas as regras do regulamento aprovado pelo Conselho de Administração. As opções que tornarem-se exercíveis terão o valor unitário de R\$27,71, podendo ser exercidas pelo participante em até três anos do decurso do último período de carência.

A participação do outorgado no Plano não interfere em sua remuneração e não confere a ele direito de manter seu vínculo com o Banco.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Disponibilidades	3.156	575
Aplicações interfinanceiras de liquidez* (90 dias), vide Nota 5	529.050	229.682
<b>Total de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>532.206</b>	<b>230.257</b>

(\*) Referem-se a operações cujo vencimento, na data da efetiva aplicação, foi igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

#### 5 Aplicações interfinanceiras

As aplicações interfinanceiras de liquidez têm a seguinte composição:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Posição Bancada</b>		
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	151.147	2.002
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	312.669	60.310
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	10.003	166.999
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>		
CDI - Banco do Brasil S.A.	-	1.475
CDI - Banco BTG Pactual S.A.	15.064	-
CDI - Paraná Banco S.A.	5.021	-
CDI - Banco Votorantim S.A.	35.146	-
<b>Total</b>	<b>529.050</b>	<b>230.786</b>
Circulante	529.050	230.403
Não circulante	-	383

O vencimento dos papéis está demonstrado abaixo:

	<b>2016</b>					
	<b>Até 3 meses</b>	<b>De 3 a 12 meses</b>	<b>De 1 a 3 anos</b>	<b>De 3 a 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	
Papel						
Aplicações em CDI	55.231	-	-	-	-	55.231
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	151.147	-	-	-	-	151.147
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	312.669	-	-	-	-	312.669
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	10.003	-	-	-	-	10.003
<b>Total</b>	<b>529.050</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>529.050</b>

2015						
Papel	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Aplicações em CDI	371	721	383	-	-	1.475
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	2.002	-	-	-	-	2.002
Letras do Tesouro Nacional (LTN)	60.310	-	-	-	-	60.310
Nota do Tesouro Nacional (NTN)	166.999	-	-	-	-	166.999
<b>Total</b>	<b>229.682</b>	<b>721</b>	<b>383</b>	-	-	<b>230.786</b>

Em 31 de dezembro de 2016, os saldos de títulos em posição bancada e o montante dos depósitos interfinanceiros, referem-se a aplicações com vencimentos iguais ou inferiores a 90 dias da data da aplicação, sem expectativa de mudança significativa de valor e resgatáveis a qualquer momento, portanto, foram considerados como equivalentes de caixa.

As rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez foram:

	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Posição Bancada	30.687	49.633	26.524
Depósitos Interfinanceiros	2.088	2.172	285
<b>Total</b>	<b>32.775</b>	<b>51.805</b>	<b>26.809</b>

## 6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

São representados por Títulos Públicos Federais (LFTs) e também pelos valores atualizados das cotas de Securitização de Créditos Imobiliários, constituídas pela cessão sem coobrigação de carteiras de créditos imobiliários do Conglomerado Prudencial.

Os títulos e valores mobiliários podem ser apresentados como segue:

- Classificação por tipo de papel e vencimento

2016							
Carteira Própria	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Disponível para venda	-	14.605	43.504	70.334	76.559	205.002	205.357
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	14.605	43.504	70.334	76.559	205.002	205.357
Títulos mantidos até o vencimento	42.150	-	-	-	-	42.150	41.732
Cotas de fundos de investimento	35.311	-	-	-	-	35.311	34.893
BZS Securitização	6.839	-	-	-	-	6.839	6.839
<b>Total</b>	<b>42.150</b>	<b>14.605</b>	<b>43.504</b>	<b>70.334</b>	<b>76.559</b>	<b>247.152</b>	<b>247.089</b>
				Total do circulante	56.755		
				Total do não circulante	190.397		

**Conglomerado Banco Intermedium S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

2015							
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor de mercado/ contábil	Custo de aquisição atualizado
Carteira Própria							
Disponível para venda	-	29.617	12.810	38.163	7.663	88.253	88.371
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	-	29.617	12.810	38.163	7.663	88.253	88.371
Títulos mantidos até o vencimento	25.041	-	4.688	-	-	29.729	29.729
Cotas de fundo de investimento	25.041	-	-	-	-	25.041	-
BZS Securitização	-	-	4.688	-	-	4.688	29.729
<b>Total</b>	<u>25.041</u>	<u>29.617</u>	<u>17.498</u>	<u>38.163</u>	<u>7.663</u>	<u>116.949</u>	<u>118.100</u>
			Total do circulante		54.658		
			Total do não circulante		63.324		

(\*) Para fins de publicação, os títulos denominados para negociação são apresentados apenas no circulante, conforme § único do art. 7º da circular nº 3.068/01.

(a) Securitização da carteira de Crédito Imobiliário

O Banco Intermedium, dando continuidade à estratégia de sustentabilidade no segmento de Crédito Imobiliário, realizou no primeiro trimestre de 2013 a primeira emissão de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs), composta por créditos pulverizados, avaliados pela agência de risco Fitch Ratings com nota A+, totalizando o valor de R\$22,2 milhões.

No terceiro trimestre de 2013, realizou a segunda emissão, no valor de R\$17,1 milhões, avaliada pela agência de risco Standard & Poor's com nota AA.

O coordenador-líder dessas securitizações é o Banco Votorantim, a securitizadora é a Brazilian Securities e o custodiante a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. Os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) foram emitidos com prazo de duração de oito anos.

No caso das cotas de classe sênior da securitização a taxa de retorno prevista como benchmark é de IGP-M + 6% a.a. para a primeira emissão e IGP-M + 6,80% a.a. para a segunda. As cotas subordinadas têm seu valor de rendimento obtido pela diferença entre o saldo das cotas de classe sênior e a valorização total.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 8 (e), as operações de crédito vinculadas à securitização perfazem o montante de R\$12.341 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$27.663), e o valor das cotas detidas pelo Banco é de R\$6.839 (2015: R\$4.688).

As informações sobre a mensuração do valor justo estão incluídas na Nota Explicativa nº 6, e as informações sobre a exposição do Conglomerado a riscos de mercado e de crédito estão incluídas na Nota Explicativa nº 23.

- As rendas de títulos e valores mobiliários foram:

	2º semestre 2016	31.12.2016	31.12.2015
Rendas de títulos de renda fixa	9.591	15.537	26.524
Rendas de aplicações em fundos de investimento	3.177	5.894	285
Instrumentos financeiros e derivativos	3.905	326	10.204
<b>Total</b>	<u>16.673</u>	<u>21.757</u>	<u>36.822</u>



Tais rendas estão registradas na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos”.

**a. Denominação, natureza, propósito e atividades desenvolvidas pelo FIDC**

Em 7 de novembro de 2011, foi constituído o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II (FIDC II), administrado pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Imobiliários S.A. com prazo de duração de quatro anos. Seu encerramento ocorreu em março de 2015.

**b. Montante e natureza dos créditos, obrigações, receitas e despesas entre o Banco Intermedium S.A. e o FIDC, ativos transferidos pelo Banco Intermedium S.A. e direitos de uso sobre ativos do FIDC**

No exercício de 2015 o Banco encerrou o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Intermedium Créditos Consignados II (FIDC II). Os resultados de operações já existentes com o fundo foram reconhecidos da seguinte forma no exercício findo em 31 de dezembro de 2015: (a) receita de operações de vendas e transferência de ativos financeiros do fundo, no valor de R\$1.952, e (b) despesas de vendas e transferência de ativos financeiros, no valor de R\$864.

Adicionalmente, por conta da manutenção de aplicação em cotas subordinadas no fundo, o Banco reconheceu contabilmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, receita de R\$9.323 na rubrica “Rendas de títulos e valores mobiliários”.

**c. Avais, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC II**

O Banco Intermedium S.A. não ofereceu nenhum tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus investidores.

**d. Instrumentos financeiros e derivativos**

O Conglomerado participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender às necessidades próprias para administrar sua exposição global. Essas operações envolvem derivativos de futuros de operações de *swap*, e a política de gestão de riscos é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Conglomerado.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou em cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

O Conglomerado tem parte de sua carteira de crédito imobiliário indexada ao Índice Geral de Preços (IGP-M) da Fundação Getúlio Vargas e conta com a maior parte de sua captação em LCI indexada à taxa DI (Déposito Interfinanceiro). Com o objetivo de buscar a proteção da receita da instituição em relação às oscilações do IGP-M, a administração optou por realizar operações de *swap* cujas pontas se invertem em relação à parte de suas carteiras ativas e passivas. Foram pactuadas operações com derivativos em que o Conglomerado deve pagar a variação do IGP-M mais cupom, e receber um determinado percentual da variação do DI, em uma data determinada.

Estas operações foram realizadas via BM&FBovespa e contam com margem de garantia e controle por esta Bolsa. Em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado possui 04 (quatro) contratos de *swap* ativos, cada um deles com *Notional* de R\$50.000 (cinquenta milhões de reais), registrados na BM&FBovespa sob os números 60421336, 60421337, 60421338 e 60421339, com vencimentos em 5 de setembro de 2017, 07 de maio de 2018, 05 de novembro de 2018 e 02 de janeiro de 2019, respectivamente. A operação de *swap* é a troca de riscos entre duas partes, consistindo em um acordo para duas partes trocarem o risco de uma posição ativa (credora) ou passiva (devedora), em data determinada, com condições previamente estabelecidas. As operações de *swap* padronizadas são registradas na BM&FBovespa e contam com depósito de margem de garantia cujo valor pode ser ajustado a qualquer momento por esta.

O instrumento derivativo foi utilizado com objetivo de proteção dos riscos relacionados a descasamento de indexadores entre as carteiras de ativos e passivos, especificamente entre taxa de juros e variações de índice de preços e são reconhecidos pelo valor justo no resultado do exercício. O valor justo é aquele que, de acordo com as condições de mercado, seria recebido pelos ativos e pago na liquidação dos passivos, sendo calculado com base nas taxas praticadas em mercados de Bolsa.

São objetos das operações de hedge os contratos da carteira de crédito imobiliário, protegidos pelos instrumentos acima detalhados, os quais são descontados o *spread*, realizando *hedge* somente do risco específico da carteira.

**(i) Valor dos instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e de compensação**

	Valor de Referência	2016				Valor Diferencial (a pagar) a receber
		Valor de Custo		Valor de Mercado		
		Conglomerado	Contraparte	Conglomerado	Contraparte	
CDI x IGP-M						
60421336	50.000	54.911	54.675	54.791	54.693	98
60421337	50.000	54.911	54.578	54.689	54.830	(141)
60421338	50.000	54.911	54.420	54.610	54.457	153
60421339	50.000	54.911	54.390	54.586	54.370	216
<b>Total</b>	<b>200.000</b>	<b>219.644</b>	<b>218.063</b>	<b>218.676</b>	<b>218.350</b>	<b>326</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a receita de R\$326 com operações com derivativos está apresentada na rubrica “Resultado com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos” (2015: R\$0).

**(ii) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos representados, basicamente, por contratos futuros**

As garantias para os instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos futuros, foram Letras Financeiras do Tesouro, no montante de R\$20.072.

## 7 Operações de crédito e provisão para perdas com operações de crédito

O Banco Central do Brasil, por meio da Resolução CMN nº 2.682/99, introduziu critérios para a classificação de direitos creditórios oriundos de operações de crédito, definindo regras que entraram em vigor a partir de março de 2.000, para a constituição de provisão para os créditos de liquidação duvidosa e para a divulgação de dados referentes à carteira, a saber:

### a. Composição da carteira, por tipo de cliente e por atividade econômica

	2016	% carteira	2015	% carteira
Pessoa jurídica	268.438	11,37%	273.071	12,76%
Financiamentos imobiliários	813.432	34,44%	645.438	30,16%
Empréstimos imobiliários	409.438	17,33%	324.571	15,17%
Pessoa física	<u>844.170</u>	35,74%	<u>873.896</u>	40,84%
Total de operações de crédito	<u>2.335.478</u>		<u>2.116.976</u>	
Total de operações de crédito (circulante)	793.550		765.897	
Total de operações de crédito vinculadas (circulante)	<u>3.666</u>		<u>14.304</u>	
Total do circulante	797.216		780.201	
Total de operações de crédito (não circulante)	1.529.587		1.323.817	
Total de operações de crédito vinculadas (não circulante)	<u>8.675</u>		<u>12.958</u>	
Total do não circulante	1.538.262		1.336.775	
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Circulante (Nota 8)	24.211	1,03%	11.585	0,54%
Outros créditos com característica de concessão de crédito - Não Circulante (Nota 8)	2.087	0,09%	11.413	0,53%
Total de operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	<u>2.361.776</u>	100%	<u>2.139.974</u>	100%
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(100.555)		(66.119)	
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados	(743)		(1.042)	
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	<u>(12.996)</u>		<u>(8.530)</u>	
Total	<u>2.247.482</u>		<u>2.064.283</u>	

### b. Vencimento e direcionamento dos créditos

2016					
Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa jurídica	2.195	123.434	87.795	55.014	268.438
Financ. imobiliários	18.788	40.025	117.069	637.550	813.432
Emprést. imobiliários	12.943	28.082	57.590	310.823	409.438
Pessoas físicas	19.390	84.551	205.354	534.875	844.170
Outros créditos	<u>12.740</u>	<u>10.069</u>	<u>1.402</u>	<u>2.087</u>	<u>26.298</u>
Total	<u>66.056</u>	<u>286.161</u>	<u>469.210</u>	<u>1.540.349</u>	<u>2.361.776</u>
2015					
Créditos	Prestações vencidas a partir de 15 dias	Prestações a vencer			Total
		Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Setor privado					
Pessoa jurídica	20.267	127.329	92.941	32.534	273.071
Financ. imobiliários	7.676	34.904	86.118	516.740	645.438
Emprést. imobiliários	5.935	21.293	58.412	238.931	324.571
Pessoas físicas	7.533	112.559	205.234	548.570	873.896
Outros créditos	<u>586</u>	<u>1.756</u>	<u>9.243</u>	<u>11.413</u>	<u>22.998</u>
Total	<u>41.997</u>	<u>297.841</u>	<u>451.948</u>	<u>1.348.188</u>	<u>2.139.974</u>

**c. Composição da carteira por níveis de risco (rating)**

	Percentual mínimo de provisão	2016		2015	
		Valor da carteira	Provisão	Valor da carteira	Provisão
AA		248.111	-	216.212	-
A	0,50%	1.730.578	8.653	1.636.082	8.180
B	1,00%	124.999	1.250	95.903	959
C	3,00%	81.305	2.439	77.465	2.324
D	10,00%	45.384	4.538	28.915	2.891
E	30,00%	23.504	7.051	18.905	5.672
F	50,00%	22.257	11.128	13.509	6.755
G	70,00%	21.344	14.941	13.576	9.503
H	100,00%	64.294	64.294	39.407	39.407
<b>Total</b>		<b>2.361.776</b>	<b>114.294</b>	<b>2.139.974</b>	<b>75.691</b>

As operações de crédito são compostas, substancialmente, por operações ativas de capital de giro, com garantia de recebíveis, e por operações de crédito pessoal, suportadas por garantias de cheques ou de consignação em folha de pagamento e créditos imobiliários.

Durante o exercício de 2016, o total de créditos recuperados foi de R\$13.344 (2015: R\$8.089) de créditos renegociados foi de R\$49.872 (2015: R\$35.215) e de créditos compensados como prejuízo foi de R\$47.053 (2015: R\$31.067)

**d. Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

	Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
<b>Saldo inicial</b>	<b>(97.393)</b>	<b>(75.691)</b>	<b>(47.369)</b>
Provisão constituída	(46.796)	(96.702)	(73.514)
Reversão de provisão	6.340	11.046	14.125
Baixas para prejuízo	23.555	47.053	31.067
<b>Saldo final</b>	<b>(114.294)</b>	<b>(114.294)</b>	<b>(75.691)</b>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7a)	(100.555)	(100.555)	(66.119)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa vinculados (nota 7a)	(743)	(743)	(1.042)
(-) Provisão para perdas com outros créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8)	(12.996)	(12.996)	(8.530)

**e. Rendas de operações de crédito**

	Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
Pessoa jurídica	34.468	67.632	65.378
Financiamentos imobiliários	65.670	133.871	88.248
Empréstimos imobiliários	40.571	82.686	65.733
Pessoa física	117.724	250.815	226.177
<b>Renda bruta de operações de crédito</b>	<b>258.433</b>	<b>535.004</b>	<b>445.536</b>
(-) Despesas de comissões pagas	(17.539)	(45.606)	(78.633)
<b>Total</b>	<b>240.894</b>	<b>489.398</b>	<b>366.903</b>

**f. Instituições financeiras**

O saldo total, até 31 de dezembro de 2016, dos contratos cedidos com coobrigação, anteriores à vigência da Resolução CMN nº 3.533/08, é de R\$480 (2015: R\$5.012). Para esses valores, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R\$77 (2015: R\$872).

Durante o exercício de 2016, não houve cessão de recebíveis.

**g. Operações de crédito vinculadas**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado Prudencial possui saldos de operações de cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil, e securitização com a Brazilian Securities, conforme abaixo demonstrado:

	2016		2015	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Cessão bancos	-	-	9.455	1.094
Securitização	3.666	8.675	4.849	11.864
<b>Total</b>	<b>3.666</b>	<b>8.675</b>	<b>14.304</b>	<b>12.958</b>

**8 Outros créditos**

Compreendem saldos de devedores diversos, bem como créditos tributários sobre diferenças temporárias.

	2016	2015
<b>Circulante</b>		
Adiantamentos a terceiros	1.808	358
Imposto de renda a compensar	3.953	3
Devedores diversos (a)	28.848	7.359
Créditos tributários (b)	30.836	28.766
Depósitos em garantia	-	41
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7)	24.211	11.585
(-) Provisão para outros créditos (Nota 7)	(12.996)	(8.530)
<b>Circulante</b>	<b>76.660</b>	<b>39.582</b>
<b>Não circulante</b>		
Créditos tributários (b)	8.800	-
Depósito em garantia (c)	839	737
Outros créditos com características de concessão de crédito (Nota 7)	2.087	11.413
<b>Não circulante</b>	<b>11.726</b>	<b>12.150</b>

(a) Referem-se a liquidações antecipadas de operações de crédito no valor de R\$26.558 (2015: R\$6.709), recompra de operações de crédito no valor de R\$381 (2015: R\$0), retenções de saldo de cessão no valor de R\$94 (2015: R\$639) e outros valores R\$1.815 (2015: R\$11).

(b) A expectativa de realização dos créditos tributários constituídos está amparada em estudo de realização do crédito tributário preparado para o ano de 2016.

Período	2016					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2017	68.524	65.557	17.131	16.389	13.705	13.111
2018	18.153	16.066	4.840	4.017	3.960	3.213
Total do circulante	68.524	65.557	17.131	16.389	13.705	13.111
Total do não circulante	18.153	16.066	4.840	4.017	3.960	3.213
Total geral	86.677	81.623	21.971	20.406	17.665	16.324

**Conglomerado Banco Intermedium S.A.**  
*Demonstrações financeiras*  
em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Período	2015					
	Créditos diferidos		IR		CSLL	
	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente	Valor crédito	Valor presente
2016	63.259	59.737	15.944	14.934	12.822	11.948
Total do circulante	63.259	59.737	15.944	14.934	12.822	11.948
Total do não circulante						
Total geral	63.259	59.737	15.944	14.934	12.822	11.948

Os créditos tributários vencíveis em 2016 são decorrentes de diferenças temporárias relativas às provisões sobre operações de crédito, cuja dedutibilidade ocorre após 180 dias da data de vencimento das operações. A totalidade desses créditos tem sua realização até 2018.

Ademais, estão reconhecidos os créditos relativos às diferenças temporárias decorrentes de provisões cíveis e trabalhistas sobre as operações com realização prevista para 2017.

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de Certificados de Depósitos Interfinanceiros projetada para os períodos correspondentes (CDI de 12,17% a.a.), está descontado de R\$1.263, apurando-se, assim, o montante a ser realizado de R\$21.669 em 31 de dezembro de 2016.

Itens-base do diferimento	31/12/2016		
	Imposto de renda - PJ	Contribuição social sobre o lucro	Saldo de créditos tributários
Diferenças temporárias:			
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	76.384	76.384	34.372
Provisão sob ações cíveis	7.199	7.199	3.240
Provisão sob processos trabalhistas	2.817	2.817	1.268
Provisão bens não de uso próprio	277	277	125
	1.646	1.646	631
Prejuízo fiscal			
Base de cálculo	88.323	88.323	39.636
Alíquota	25%	20%	
Crédito tributário diferido atual	21.971	17.665	39.636
Créditos tributários - 31/12/2015	64.118	64.118	
Constituição - 2016	88.618	88.618	
Realização - 2016	(64.413)	(64.413)	
Créditos tributários - 31/12/2016	88.323	88.323	
		Circulante	30.836
		Não circulante	8.800

- (c) Os saldos de depósitos em garantia referem-se a depósitos judiciais correspondentes: i) ao questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL no valor de R\$798 (2015: R\$737); e ii) a valores bloqueados pelo sistema judicial do Banco Central (BACEN JUD) em contas-correntes mantidas em Instituições Financeiras de R\$41 (2015: R\$41).

## 9 Outros valores e bens

Os bens não de uso próprio referem-se aos imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos.

A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída com base em estimativa realizada pela Administração. A composição desses bens é a seguinte:

	2016	2015
Bens não de uso próprio	37.381	21.896
Bens em regime especial	2.704	520
Estoque de materiais	280	-
Provisão para desvalorização	(277)	(500)
Outros valores e bens	40.088	21.916
Circulante	37.384	21.396
Não circulante	2.704	520

## 10 Despesas antecipadas

As despesas com comissões pagas aos correspondentes até dezembro de 2014 estão sendo diferidas conforme o prazo de recebimento dos contratos firmados com os respectivos clientes, que são classificados nesta rubrica até a realização futura das rendas pertinentes aos referidos contratos, quando serão apropriadas para o resultado. Já as comissões pagas a partir de 2015 são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294/2013 do Conselho Monetário Nacional. O saldo dessas despesas (circulante e não circulante) representa R\$35.237 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$42.023).

Demonstramos abaixo a realização das despesas antecipadas para os próximos exercícios sociais:

Ano	Valor da despesa	
	2016	2015
2016	-	17.138
2017	15.473	10.773
2018	13.335	7.579
2019	6.218	3.200
A partir de 2019	211	3.333
<b>Total</b>	<b>35.237</b>	<b>42.023</b>
Circulante	15.473	17.138
Não circulante	19.764	24.885

## 11 Investimentos

### a. Investimentos avaliados pelo Método de Equivalência Patrimonial

Os ajustes dos investimentos, decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial, foram registrados em contas de resultado e podem ser assim apresentados:

Empresas controladas	Capital social	Patrimônio líquido	Participação no capital social	Valor contábil		Resultado de equivalência		
				2016	2015	2º semestre 2016	2016	2015
Intermedium Promotora de Vendas Ltda.	30	327	99,84%	327	327	-	-	-
Interfronting Corretora de Seguros Ltda.	9	1.365	74%	1.010	2.958	(95)	(1.934)	933
<b>Total</b>				<b>1.337</b>	<b>3.286</b>	<b>(95)</b>	<b>(1.934)</b>	<b>933</b>

### b. Outros investimentos

Durante o exercício de 2016, o Banco adquiriu 5 (cinco) cotas da Câmara Interbancária de Pagamentos e o preço total desta aquisição foi de R\$1.105. Tal investimento está avaliado pelo custo.

## 12 Depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos

### a. Depósitos

	2016				2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Depósitos à vista	43.454	-	-	-	43.454	21.228
Depósitos interfinanceiros	3.607	5.083	-	-	8.690	54.652
Depósitos a prazo	40.376	126.083	166.459	1.093.912	1.426.830	1.036.172
<b>Total geral</b>	<b>87.437</b>	<b>131.166</b>	<b>166.459</b>	<b>1.093.912</b>	<b>1.478.974</b>	<b>1.112.052</b>

As captações de DPGE perfazem o montante de R\$111.955 (2015: R\$188.540) e são remuneradas à taxa média de 109% do CDI (2015: 109%). Os demais depósitos a prazo possuem taxa média de remuneração de 106% do CDI (2015: 106%).

### b. Recursos de aceites e emissão de títulos

	2016				2015	
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Letras de Crédito Imobiliário	32.228	321.323	267.585	559.855	1.180.991	904.635
Letras de Crédito Agrícola	11.016	1.601	-	-	12.617	4.248
Letras Financeiras	5.133	-	-	-	5.133	-
<b>Total geral</b>	<b>48.377</b>	<b>322.924</b>	<b>267.585</b>	<b>559.855</b>	<b>1.198.741</b>	<b>908.883</b>

### c. Despesas com operações de captação no mercado

	Semestre	Exercícios	
	2016	2016	2015
Depósitos interfinanceiros	(1.880)	(6.062)	(5.348)
Depósitos à prazo	(96.436)	(175.641)	(126.843)
Letras de crédito imobiliário	(65.724)	(129.647)	(85.232)
Letras de crédito agrícola	(922)	(1.231)	(1.227)
Letras financeiras	(457)	(593)	(44)
<b>Total</b>	<b>(165.419)</b>	<b>(313.174)</b>	<b>(218.694)</b>



### 13 Obrigações por empréstimos e repasses

Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal, com taxas entre 4,5% e 6% a.a.

	<b>2016</b>				<b>2015</b>	
	<b>1 a 30 dias</b>	<b>31 a 180 dias</b>	<b>181 a 360 dias</b>	<b>Acima de 360 dias</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Empréstimos e repasses	125	626	3.759	32.931	37.441	39.241
<b>Total geral</b>	<b>125</b>	<b>626</b>	<b>3.759</b>	<b>32.931</b>	<b>37.441</b>	<b>39.241</b>

### 14 Obrigações por operações de vendas e transferências

Referem-se à securitização de operações de venda e transferências de risco com a Brazilian Securities, bem como à cessão de créditos de operações de vendas e transferências de risco com o Banco Itaú, realizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08 do Banco Central do Brasil.

	<b>2016</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Securitização	2.499	8.675	11.174
<b>Total</b>	<b>2.499</b>	<b>8.675</b>	<b>11.174</b>
	<b>2015</b>		
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Total</b>
Securitização	4.544	11.570	16.114
Cessão Banco Itaú	9.321	950	10.271
<b>Total</b>	<b>13.865</b>	<b>12.520</b>	<b>26.385</b>

As operações de crédito vinculadas a cessões estão evidenciadas na Nota Explicativa nº 7 (e).

### 15 Outras obrigações

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Composição		
Impostos devidos	6.384	7.558
Cessões a pagar e pagamentos diversos (a)	49.928	38.843
Provisão para imposto de renda e contribuição social (b)	798	737
Provisão para dividendos	3.820	4.796
Credores por recursos a liberar (d)	42.705	48.003
Outros (c)	10.093	6.782
<b>Total</b>	<b>113.728</b>	<b>106.719</b>
Circulante	101.362	103.653
Não circulante	12.366	3.066

- (a) “Credores diversos”, no valor de R\$16.922 (2015: R\$21.567); parcelas de cessões de crédito a pagar, no montante de R\$1.053 (2015: R\$1.588); financiamentos a liberar no valor de R\$17.872 (2015: R\$5.679), cheque administrativo, no valor de R\$7.030 (2015: 7.506) e “Outros”, no valor de R\$7.051 (2015: R\$2.503), representados por fornecedores, provisões para despesas de pessoal e provisões para impostos a recolher.

- (b) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$798 (2015: R\$737), cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo (Nota Explicativa nº 8).
- (c) Provisão para contingências relativa a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$10.016 (2015: R\$5.910), conforme divulgado na Nota Explicativa nº 19 e provisão para cessões de créditos com coobrigações no valor de R\$77 (2015: R\$872).
- (d) O saldo de credores por recursos a liberar é representado por valores a liberar a clientes, referentes a operações de créditos imobiliários no aguardo do registro do imóvel.

## 16 Transações com partes relacionadas

	2016		2015	
	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)
<b>Controlador</b>				
Captações (depósitos e letras)	(921)	(1.772)	(27)	(624)
<b>Controladas</b>				
Captações (depósitos e letras)	(942)	(227)	(3.851)	(378)
<b>Pessoal-chave da Administração</b>				
Captações (depósitos e letras)	(8.864)	(2.079)	(8.383)	(934)
<b>Outras partes relacionadas</b>				
Pessoas físicas e jurídicas relacionadas	(204.462)	(26.115)	(193.770)	(21.764)
FIDIC II / Securitização	6.839	1.118	4.687	905

As captações via depósitos correspondem a CDBs, LCIs e LCAs pós-fixados. Os CDBs possuem remuneração de 100% a 110% do CDI e prazos de 6 a 60 meses. As letras possuem remuneração de 90% a 100% do CDI e prazos mínimos 6 meses.

### a. Remuneração dos Administradores do Conglomerado Prudencial

A remuneração dos administradores é paga integralmente pela Controladora, sem o respectivo reembolso. O Conglomerado não tem como prática efetuar pagamentos com base em ações deste para os acionistas e os seus administradores.

A remuneração dos administradores do Conglomerado Prudencial para o exercício de 2016 é de, aproximadamente, R\$7.839 (2015: R\$6.623) *ad referendum* à Assembleia Geral Ordinária.

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 19 (d), do lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foram propostos dividendos e juros sobre o capital próprio aos acionistas, no montante de R\$24.331, dos quais R\$16.862 foram destinados para aumento de capital.

## 17 Imposto de renda e contribuição social

O Conglomerado constituiu provisões temporariamente indedutíveis no montante aproximado de R\$76.384 (2015: R\$56.849), sobre as quais constituiu créditos diferidos relativos a imposto de renda e contribuição social, cujo valor, em 31 de dezembro de 2016, perfazia um montante de R\$34.373 (2015: R\$25.582).

O Conglomerado mantém um saldo de crédito tributário de R\$10.293 (2015: R\$6.410), relativo à provisão para danos morais e trabalhistas no valor de R\$10.016 (2015: R\$5.910) e provisão para desvalorização de bens não de uso próprio no valor de R\$277 (2015: R\$500).

A Administração, com base na Resolução nº 3.059, de 20 de dezembro de 2002, do Banco Central do Brasil, entende que serão produzidos resultados suficientes para a absorção de tal crédito, conforme detalhamento apresentado na Nota Explicativa nº 8 (b).

	Semestre		2016		2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	13.363	13.363	27.259	27.259	35.551	35.551
Adições (exclusões) líquidas:						
Juros sobre capital próprio	(12.165)	(12.165)	(24.331)	(24.331)	(17.720)	(17.720)
Equivalência patrimonial	412	412	2.454	2.454	(631)	(631)
PCLD, líquida	679	679	20.216	20.216	26.537	26.537
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	(13.129)	(13.129)
Outras, líquidas	3.001	3.001	3.584	3.584	2.739	2.739
Base de cálculo	5.290	5.290	29.182	29.182	33.347	33.347
Alíquota efetiva (15%)	449	1.058	4.035	5.837	5.997	5.583
Alíquota adicional (10%)	530		2.918		2.880	
IRPJ e CSLL diferidos	(1.031)	(825)	(5.855)	(4.684)	(4.012)	(5.570)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(52)	233	1.098	1.153	3.865	13

Os recolhimentos por estimativa de imposto de renda e contribuição social foram, respectivamente, R\$13.164 e R\$7.913 (em 2015: R\$6.825 e R\$4.635, respectivamente).

## 18 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é composto por 13.853.825 ações nominativas, sendo 6.030.415 ordinárias, 5.823.410 preferenciais e 2.000.000 quotas, todas sem valor nominal.

Em 23 de março de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$5.170, passando de R\$281.245 para R\$286.415, com utilização de juros sobre o capital próprio. O aumento foi aprovado no Banco Central do Brasil em 06 de junho de 2016.

Em 30 de junho de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$5.171, passando de R\$286.415 para R\$291.586, com utilização de juros sobre o capital próprio.

Em 30 de setembro de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$5.170, passando de R\$291.586 para R\$296.756, com utilização de juros sobre o capital próprio.

Em 31 de outubro de 2016, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social no valor de R\$4, passando de R\$291.756 para R\$296.760.

Em 30 de dezembro de 2016, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital social no valor de R\$1.351, passando de R\$296.760 para R\$298.111, com utilização de juros sobre o capital próprio. A referida ata está em processo de homologação no Banco Central do Brasil.

**b. Reserva legal**

É constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado, limitada a 20% do capital social.

**c. Reserva de retenção de lucros**

Nos exercícios anteriores, após a constituição da Reserva Legal, a Administração do Conglomerado Prudencial optou por destinar o saldo remanescente de lucros para constituição de Reserva de Retenção de Lucros.

**d. Dividendos e Juros sobre o capital próprio**

O Conglomerado adota uma política de remuneração do capital distribuindo juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são imputados, líquidos de Imposto de Renda na Fonte, no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social e artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

As destinações do resultado dos exercícios 2016 e 2015 estão apresentadas a seguir:

Destinação do Resultado	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido	25.528	31.975
Reserva Legal	1.274	1.599
JSCP pagos e dividendos provisionados	24.331	18.751
Reserva estatutária	(77)	11.625

- (i) Em 2016 foram efetuados pagamentos trimestrais a título de Juros sobre o Capital Próprio no montante de R\$6.083 conforme definido pelo Conselho de Administração.

Durante o exercício de 2016, foi proposto aos acionistas o montante de R\$24.331, segregado entre dividendos e juros sobre o capital próprio. Deste total, R\$16.862 foram destinados para aumento de capital.

Os dividendos antecipados e os Juros sobre o Capital Próprio já pagos foram imputados à distribuição do exercício de 2016, restando provisionado o montante de R\$3.820 a pagar após deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

	31/12/2016		31/12/2015	
	Valor pago/ provisionado	Valor por ação	Valor pago/ provisionado	Valor por ação
Juros sobre capital próprio pago no exercício	20.511	1,73	13.955	1,12
Dividendos provisionados	3.820	0,32	4.796	0,38

**e. Ações em tesouraria**

No exercício de 2016, a Administração do Conglomerado optou por recomprar 100.400 ações a serem mantidas em tesouraria. O saldo de ações em Tesouraria em 31 de dezembro de 2016 é de R\$2.004 (2015: R\$1.358).

**f. Ajuste de avaliação patrimonial**

O saldo de ajuste de avaliação patrimonial é de R\$355 (2015: R\$118) e corresponde aos títulos públicos federais disponíveis para venda, que são marcados a mercado.

**g. Lucro por ação**

	2º semestre	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas (R\$ mil)	13.499	25.528	31.975
Número médio de ações	13.854	13.852	13.848
Lucro por ação (R\$)	0,97	1,84	2,31

**19 Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

**a. Ativos contingentes**

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente pelo Conglomerado Prudencial, uma vez que trata-se de ativo possível resultante de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Conglomerado Prudencial.

**b. Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias**

O Conglomerado Prudencial é parte em processos judiciais de naturezas trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. As provisões para contingências são estimadas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos. Há provisão para contingências relativas a diversas ações cíveis e trabalhistas no valor de R\$10.016 (2015: R\$5.910), registrada sob a rubrica “outras obrigações”, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 15 (c). Vide movimentação dos saldos no item “c”.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos ou a sua prescrição.

**b.1 Movimentação das provisões e classificação por natureza**

Natureza	Trabalhistas	Cíveis	Total
<b>Saldo em 30 de junho de 2016</b>	<b>1.652</b>	<b>5.453</b>	<b>7.105</b>
Constituições/atualizações	1.640	2.980	4.620
Pagamentos/reversões	(475)	(1.234)	(1.709)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.817</b>	<b>7.199</b>	<b>10.016</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>1.744</b>	<b>4.166</b>	<b>5.910</b>
Constituições/atualizações	2.096	6.222	8.318
Pagamentos/reversões	(1.023)	(3.189)	(4.212)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.817</b>	<b>7.199</b>	<b>10.016</b>

**c. Passivos contingentes com perdas possíveis**

***c.1 Passivos contingentes fiscais classificados como perdas possíveis***

***c.1.1 Imposto de renda e contribuição social***

- (i) Compreende o provisionamento dos efeitos do questionamento judicial da extinção da correção monetária de balanço, em conformidade com a Lei nº 9.249/95, advindo do aproveitamento (dedução) integral do saldo devedor de correção monetária no exercício de 1996 na apuração do IRPJ e da CSLL, no montante de R\$798, cujo depósito judicial no mesmo montante está registrado no ativo realizável a longo prazo.
- (ii) Em 30 de agosto de 2013, foi lavrado auto de infração para constituir créditos tributários a título de IRPJ e CSLL, relativos aos anos-calendário de 2008 a 2009, acrescidos de multa de ofício (qualificada) de 150% e dos juros de mora, bem como para aplicar multa isolada de 50% sobre valores de estimativas de IRPJ e de CSLL. Seguem valores atualizados:

Principal de R\$10.300, multa de R\$19.883, juros de R\$15.265 - Total R\$45.448.

Os autos de infração têm por objetivo glosa de despesas incorridas com prestação de serviços. Tendo em vista a situação fática em discussão e os argumentos de defesa do Conglomerado Prudencial, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

***c.1.2 PIS e COFINS***

- (i) O Banco possui decisão do Supremo Tribunal Federal, datada de 19 de dezembro de 2005, garantindo o direito de recolhimento da COFINS com base na receita de prestação de serviços. Durante o período de 1999 a 2006, o Banco efetuou depósito judicial e/ou realizou o pagamento da obrigação. Em 2006, o Banco, mediante decisão favorável do Supremo Tribunal Federal e concordância expressa da Receita Federal, realizou o levantamento do depósito judicial. Ademais, a habilitação dos créditos sobre o recolhimento dos impostos foi homologada sem questionamento pela Receita Federal do Brasil, em 11 de maio de 2006.
- (ii) Em 2 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil, contrariando decisão do Supremo Tribunal Federal, transitada em julgado, conforme especificado no item B acima, abriu processo administrativo cobrando os valores dos depósitos judiciais referentes à COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados para dezembro de 2016: principal R\$1.255, multa R\$251, juros R\$2.237 — Total de R\$3.743.
- (iii) Em 14 de julho de 2010, a Receita Federal do Brasil abriu processo administrativo cobrando os valores dos pedidos de restituição/compensação pagos a maior a título de COFINS levantados pelo Banco nos autos do Mandado de Segurança nº 1999.38.00.016025, sendo os valores atualizados até dezembro de 2016: principal R\$3.496, multa R\$699, juros R\$3.796 — Total R\$7.991.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

Em 5 de outubro de 2010, foi deferida liminar determinando o processamento da defesa apresentada nos autos do Processo Administrativo, com recurso hierárquico, com suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

- (iv) Em 11 de novembro de 2010, foram lavrados autos para constituir créditos tributários a título de PIS e COFINS, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora no período de março de 2006 a dezembro de 2008. Os recolhimentos das contribuições em questão foram considerados insuficientes.

- **COFINS:** Principal de R\$5.730, multa de R\$4.297 e juros de R\$10.013 — Total de R\$20.040.

Após protocolo de Manifesto de Inconformidade, o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais determinou o sobrestamento do processo administrativo até o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

- (v) Em 15 de dezembro de 2014, foi lavrado auto de infração para constituir crédito tributário a título de COFINS, relativo ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2011, acrescidos de multa de ofício de 75% e dos juros de mora.

Principal de R\$11.212, multa de R\$8.409, juros de R\$8.851 - Total R\$28.472.

O auto de infração foi lavrado sob o fundamento de que o Banco teria efetuado recolhimentos insuficientes da contribuição em questão. Tendo em vista os argumentos de defesa do Banco, avaliamos a expectativa de desfecho como possível, mas com menor probabilidade de perda.

- (vi) Em 9 de outubro de 2015, o Banco foi intimado acerca do despacho decisório que indeferiu o direito creditório de compensar débitos com créditos decorrentes de pagamentos considerados indevidos pelo Banco, efetuados a título de COFINS (meses de janeiro e fevereiro de 2014).

Em 3 de novembro de 2015, foi protocolada a manifestação de inconformidade, para a qual aguarda-se manifestação.

Principal de R\$1.367, multa de R\$273, juros de R\$438 — Total R\$2.078.

### ***c.2 Outros passivos contingentes classificados como perdas possíveis***

O Conglomerado Prudencial mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos em que figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de perda. Assim, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível ou remota não são reconhecidos contabilmente e os principais processos não relacionados a obrigações fiscais, com classificação de perda possível, possuem estimativa de valor dos assessores jurídicos de R\$20.487 em 31 de dezembro de 2016 (2015: R\$14.220).

## 20 Outras despesas administrativas

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Prestação de serviços	(2.089)	(5.361)	(5.601)
Processamento de dados	(11.143)	(19.449)	(10.887)
Aluguel	(1.963)	(4.195)	(4.800)
Comunicação	(1.925)	(3.544)	(2.742)
Despesas bancárias	(2.319)	(4.138)	(3.467)
Serviços técnicos especializados	(4.646)	(8.530)	(5.783)
Propaganda e publicidade	(3.563)	(5.774)	(4.067)
Outros	(5.735)	(11.332)	(12.436)
<b>Total</b>	<u>(33.383)</u>	<u>(62.323)</u>	<u>(49.783)</u>

## 21 Outras receitas operacionais

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Recuperação de encargos	4.712	9.249	8.715
Outras rendas	2.846	6.317	1.059
<b>Total</b>	<u>7.558</u>	<u>15.566</u>	<u>9.774</u>

## 22 Outras despesas operacionais

	<u>Semestre</u>	<u>Exercícios</u>	
	<b>2016</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Amortização e depreciação	(647)	(1.275)	(3.328)
Descontos concedidos	(1.285)	(4.465)	(4.758)
Despesas com portabilidade	(513)	(981)	(1.956)
Prejuízo na alienação de valores	(1.886)	(3.084)	(992)
Outras despesas	(617)	(1.592)	(3.924)
<b>Total</b>	<u>(4.948)</u>	<u>(11.397)</u>	<u>(14.958)</u>

## 23 Outras informações

No Grupo Intermedium, a gestão dos Riscos de Crédito, Liquidez, Mercado e Operacional e Responsabilidade Socioambiental é realizada de forma contínua e autônoma, se apoia em políticas e estratégias estruturadas e em uma equipe técnica adequadamente capacitada.

A gestão de riscos deve ser tratada como atividade essencial e vital para o crescimento sustentável das operações do grupo e, para isso, mantém e cumpre um conjunto de normas e procedimentos para assegurar a qualidade dos serviços e produtos ofertados aos seus *stakeholders*.



O Grupo Intermedium possui, ainda, a Comissão de Auditoria e o Comitê de Riscos e Capital, que são formados por integrantes da Alta Direção do Grupo, inclusive do Conselho de Administração, tomando decisões colegiadas, objetivando a supervisão e a avaliação da efetividade dos controles internos, da qualidade e da integridade das informações trabalhadas e do desempenho das auditorias interna e independente.

Mais detalhes sobre a estrutura de gestão de riscos do Grupo estão disponíveis no sítio eletrônico [www.intermedium.com.br](http://www.intermedium.com.br), no *link* Informações Corporativas.

**a. Gestão de riscos de liquidez**

O risco de liquidez é definido como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e a possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As funções de gerenciamento de risco de liquidez compreendem um conjunto de atividades funcionais que permeiam toda a “cadeia de negócio”, desenvolvimento de produtos, negociação e desembolso de operações, e o acompanhamento da efetividade dos processos e controles utilizados.

No Grupo Intermedium, essa gestão é também avaliada semanalmente pelo Comitê de Caixa com o objetivo de organizar, avaliar e monitorar o risco de liquidez, estabelecendo processos, ferramentas e limites necessários para a geração e a análise de cenários prospectivos de liquidez e o acompanhamento dos níveis de apetite aos riscos estabelecidos pela Alta Administração, em linha com a Resolução nº 4.090 do CMN.

**b. Gestão de riscos de mercado**

O risco de mercado é a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das carteiras ativa e passiva do Conglomerado.

A supervisão dos riscos permite a análise de exposições diante dos limites estabelecidos e a identificação de tendências por meio da utilização de modelos específicos, bem como o controle das exigências de capital.

No Grupo Intermedium, a gestão do risco de mercado tem, entre outros, o objetivo de apoiar as áreas de negócios, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliação e controle dos riscos relacionados, possibilitando a mensuração e o acompanhamento dos níveis de apetite a risco definidos pela Alta Administração.

**c. Gestão de riscos operacionais**

De acordo com a Resolução 3.380/2006 do CMN, risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como

às sanções legais em razão do descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O Grupo Intermedium trata todos os apontamentos de riscos identificados nos mapeamentos de seus processos, bem como aqueles considerados pelas auditorias e pelos reguladores como risco operacional, e, através deste trabalho, cria ações que mitigam esses apontamentos.

Para alocação de capital para o risco operacional, o Grupo Intermedium adotou a metodologia do Indicador Básico de mensuração ou BIA, conforme previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 4 de março de 2013.

**d. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados.

O objetivo da gestão do risco de crédito é apoiar a Alta Administração no processo decisório, definindo estratégias e políticas, mecanismos de mitigação de risco e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração do Grupo.

O Grupo Intermedium realiza a gestão do risco de crédito com apoio do Comitê de Riscos e Capital, adotando critérios de governança através de instrumentos e ferramentas que permitem a identificação, a avaliação, a mensuração, o acompanhamento e o reporte do risco incorrido em suas atividades nas principais etapas, seja na concessão, no monitoramento ou na recuperação de crédito. Não obstante, testes de estresse são usados para mensurar possíveis perdas em diversos cenários que a área de risco julgue prováveis.

Em atendimento à Circular nº 3.477 do Conselho Monetário Nacional, as informações sobre gestão de riscos e capital encontram-se no endereço [https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento\\_riscos\\_capital.pdf](https://www.intermedium.com.br/arquivos/pdf/gerenciamento_riscos_capital.pdf).

**e. Ouvidoria**

A Ouvidoria do Grupo Intermedium atua como canal de relacionamento entre os clientes e usuários dos produtos e serviços ofertados e no tratamento e na mediação de conflitos. A Ouvidoria tem por escopo buscar soluções ágeis e efetivas, atuando com transparência e imparcialidade e, ainda, possui o compromisso de promover melhorias nos serviços prestados. As ocorrências recebidas pela Ouvidoria são analisadas e atendidas, de modo conclusivo e formal, em até 10 dias úteis, em estrita consonância com a Resolução nº 4.433/15 do Banco Central do Brasil.

**f. Índice de Basileia**

Em 30 de junho de 2011, em linha com o Pilar II de Basileia, o Banco Central do Brasil (Bacen) divulgou a Resolução CMN nº 3.988, que estabeleceu a necessidade de implementação de estrutura de gerenciamento de capital para as instituições financeiras.

No segundo semestre de 2014, o Banco Central do Brasil publicou vários normativos relacionados à gestão de riscos, complementando outras publicações relacionadas à Basileia III. Uma delas, a Circular nº 3.714/2014, alterou artigos da Circular nº 3.644/2013, impactando o Índice de Basileia e, conseqüentemente, aumentando as suas disponibilidades na oferta de crédito.

A Resolução nº 4.388/2014, que altera as disposições das demais resoluções relativas à gestão de riscos, incluindo a partir de janeiro de 2015 a necessidade de gerir os riscos do Conglomerado Prudencial, ou seja, das empresas que compõem o Catálogo de Documento (CADO) 4060, e apuração dos números do Grupo através deste documento.

O Banco Intermedium S.A. possui mecanismos que possibilitam a identificação e a avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) relacionado aos riscos do Pilar I. As políticas e as estratégias, bem como o plano de capital, possibilitam a manutenção do capital em níveis compatíveis com os riscos incorridos pelo Banco. Os testes de estresse são realizados periodicamente e seus impactos são avaliados sob a ótica de capital. Os relatórios gerenciais de adequação de capital são reportados para as áreas e para os comitês estratégicos intervenientes, constituindo-se em subsídio para o processo de tomada de decisão pela Alta Administração do Banco.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

Destaca-se que a partir de 1º de outubro de 2013 passou a vigorar o conjunto normativo que implementou no Brasil as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basileia relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas por Basileia III. As novas normas adotadas tratam dos seguintes assuntos:

- I. Nova metodologia de apuração do capital regulamentar, que continua a ser dividido nos Níveis I e II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar.
- II. Nova metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

O escopo de consolidação utilizado como base para a verificação dos limites operacionais também foi alterado, passando a considerar apenas o Conglomerado Financeiro, de 1º de outubro de 2013 até 31 de dezembro de 2014, e o Conglomerado Prudencial, definido na Resolução CMN nº 4.280/2013, a partir de 1º de janeiro de 2015.

Todas as citações ao PR e ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) ou PRMR, em datas anteriores a 1º de outubro de 2013, referem-se à metodologia de Basileia II e foram apurados segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 3.444/2007 e nº 3.490/2007, respectivamente.

**DLO - Documento de Limites Operacionais**

**Índice de basileia**

**Detalhamento das margens de requerimento relativamente ao rwa**

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de referência para comparação com o rwa	342.568	324.849
Patrimônio de referência (pr)	342.568	-
Ativos ponderados por risco (rwa)	1.856.016	1.617.490
Rwa para risco de crédito por abordagem padronizada - $rwa_{cpad}$	1.515.024	1.355.119
Rwa para risco de mercado	11.074	-
Rwa para risco operacional por abordagem padronizada - $rwa_{opad}$	329.919	262.371
Margem sobre o patrimônio de referência requerido	159.286	146.925
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa (pre)	183.282	-
Margem sobre o patrimônio de referência nível 1 requerido	231.207	227.799
Patrimônio de referência nível i para comparação com rwa	342.568	324.849
Patrimônio de referência nível i	342.568	324.849
Patrimônio de referência nível i mínimo requerido para o rwa	111.361	97.049
Margem sobre o capital principal requerido	259.047	252.061
Capital principal para comparação com rwa	342.568	324.849
Capital principal - cp	342.568	-
Capital principal mínimo requerido para o rwa	83.521	72.787
Margem sobre o pr considerando a $r_{ban}$	128.518	112.173
Patrimônio de referência mínimo requerido para o rwa e para rban	214.050	212.676
Valor correspondente ao $r_{ban}$	30.768	34.752
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao capital complementar	95.121	82.896
Capital principal mínimo requerido para manutenção de instrumentos elegíveis ao nível ii	83.521	-
Adicional de capital principal mínimo requerido para o rwa	11.600	-
Situação para verificação do adicional de capital principal	128.518	-
<b>ADICIONAL DE CONSERVAÇÃO DE CAPITAL PRINCIPAL</b> (acpconservação)	11.600	-
Margem sobre o adicional de capital principal	116.918	-
<b>Índice de basileia:</b>	<b>18,46%</b>	<b>20,08%</b>

**g. Responsabilidade socioambiental**

Além daquilo que a Resolução nº 4.327/2014 apregoa, para o Grupo Intermedium responsabilidade socioambiental é quando a própria organização, clientes, usuários, fornecedores ou prestadores de serviços, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno (funcionários, acionistas etc.) e externo (comunidade, parceiros, meio ambiente etc.). É uma prática voluntária, que envolve o benefício da coletividade e não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo regulador.

Nos negócios realizados pelo Grupo e nos produtos por ele ofertados, são realizadas avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental de suas atividades, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados ou fornecedores. A gestão dos riscos relacionados consiste em avaliar os aspectos socioambientais com os quais o cliente esteja envolvido quanto ao atendimento à legislação ambiental, condições de trabalho, uso dos recursos naturais, gestão de resíduos etc., e estabelecer o seu nível de risco socioambiental em relação ao seu relacionamento com o Grupo Intermedium.

\* \* \*

### **Conselho de Administração**

Rubens Menin Teixeira de Souza - Presidente

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza - Conselheiro

José Felipe Diniz - Conselheiro

Marcos Alberto Cabaleiro Fernandez - Conselheiro

Cristiano Henrique Vieira Gomes - Conselheiro

### **Presidente**

João Vitor Nazareth Menin Teixeira de Souza

### **Diretoria Executiva**

Alexandre Riccio de Oliveira

Marco Túlio Guimarães

### **Diretoria**

Sebastião Luiz da Silva

### **Contador responsável**

Sicomar Benigno de Araújo Soares - CRC-MG 67.120-O-3